

## **MELO, Custódio de**

\* militar; const. 1891; dep. fed. BA 1891; min. Mar. 1891-1893; min. Rel. Ext. 1891 e 1892; min. Guerra. 1892; rev. 1893.

*Custódio José de Melo* nasceu em Salvador (BA) no dia 9 de junho de 1840, filho do tenente-coronel José Francisco de Melo e de Maria Rosa Moreira da Silva.

Ainda jovem ingressou na Marinha, tornando-se aspirante a guarda-marinha em 1º de março de 1856 e guarda-marinha em 1º de dezembro de 1858. Promovido a segundo-tenente em 2 de dezembro de 1860, a primeiro-tenente em 2 de dezembro de 1862 e a capitão-tenente em 14 de março de 1868, teve participação destacada na Guerra do Paraguai (1864-1870), confronto entre a Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) e o Paraguai que representou um divisor de águas para a história desses países. No caso argentino e uruguaio, a guerra influenciou a consolidação de seus respectivos Estados nacionais. Para o Paraguai, o conflito deflagrou uma enorme crise econômica e social, tornando a economia paraguaia um satélite da economia da Argentina. Para o Brasil, a Guerra do Paraguai representou o apogeu da força militar brasileira, mas, paradoxalmente, acirrou as contradições da monarquia.

Por sua atuação na guerra, Custódio de Melo foi condecorado com a medalha argentina de comemoração da Campanha do Paraguai, a medalha comemorativa da Passagem do Humaitá e a medalha da Campanha do Paraguai. Além dessas medalhas, seria condecorado com a Legião de Honra do Governo da França e a Grã-Cruz da Ordem Militar de Aviz e receberia os títulos de oficial da Imperial Ordem do Cruzeiro, comendador da Real Ordem Militar Portuguesa de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e dignitário da Ordem do Cruzeiro.

No período que se seguiu à Guerra do Paraguai, foi promovido a capitão de fragata em 29 de dezembro de 1874 e a capitão de mar e guerra em 1º de dezembro de 1882. Ostentava essa patente quando, no dia 15 de novembro de 1889, um golpe militar liderado pelo marechal Deodoro da Fonseca e apoiado por um pequeno grupo de republicanos civis

derrubou o Império e proclamou a República no Brasil. No mesmo dia foi instituído um governo provisório republicano, liderado pelo marechal Deodoro da Fonseca. Menos de dois meses depois, em 8 de janeiro de 1890, Custódio de Melo foi promovido a contra-almirante.

Convocadas as eleições para o Congresso Nacional Constituinte, encarregado de redigir a primeira Constituição republicana do Brasil, Custódio de Melo foi eleito deputado constituinte pelo estado da Bahia em 15 de setembro de 1890. A Constituinte instalou-se em 15 de novembro, e seus embates envolveram diferentes forças sociais, representantes de interesses diversos, fundamentalmente político-oligárquicos, que disputavam o direito e a legitimidade para elaborar a palavra constitucional normativa.

Promulgada a Constituição em 24 de fevereiro de 1891, o marechal Deodoro da Fonseca foi eleito no dia seguinte presidente da República pelos deputados e senadores constituintes, os quais, a partir de junho, quando teve início a legislatura ordinária, passaram a exercer seus mandatos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. O governo constitucional iniciou-se sob forte tensão política, agravada pela crise econômica. Enfrentando séria oposição parlamentar, em 3 de novembro o presidente ordenou o fechamento do Congresso Nacional. Diante disso, a Marinha se rebelou e ameaçou bombardear a cidade do Rio de Janeiro. Entre os líderes do movimento estava o almirante Custódio de Melo.

#### MINISTRO DA MARINHA

A gravidade da crise política levou o marechal Deodoro a renunciar em 23 de novembro de 1891, apenas nove meses após ter iniciado o mandato presidencial. Com a renúncia de Deodoro, o vice-presidente marechal Floriano Peixoto assumiu a presidência da República, e Custódio de Melo foi nomeado ministro da Marinha no mesmo dia 23 de novembro, no lugar de Fortunato Foster Vidal. Assim sendo, renunciou ao mandato de deputado federal, deixando vaga a cadeira que seria ocupada no ano seguinte por Manuel Caetano Oliveira Passos. Além da pasta da Marinha, assumiu interinamente o Ministério

das Relações Exteriores, pois Constantino Paletta, que para ela fora nomeado, não aceitou o cargo. Respondeu pela pasta até 28 de novembro, quando Fernando Lobo Leite Pereira a assumiu efetivamente. Em 1892, após o pedido de exoneração do ministro José Simeão de Oliveira, assumiu também interinamente o Ministério da Guerra, de 2 de fevereiro a 2 de março, quando passou a pasta ao general Francisco Antônio de Moura.

O governo de Floriano Peixoto foi marcado pelo autoritarismo, por fortes tensões políticas e por uma perseguição implacável aos opositores. A Constituição de 1891 previa novas eleições caso a presidência ficasse vaga antes de decorridos dois anos da posse do titular. Contudo, Floriano Peixoto estava decidido a permanecer no cargo até o fim do período, o que provocou uma acirrada oposição em diversas esferas da sociedade. Em março de 1892, um grupo de 13 oficiais-generais do Exército e da Marinha assinou um manifesto, que ficou conhecido como “Manifesto dos 13 Generais”, exigindo a imediata convocação de eleições. Diante da ameaça de sedição, o presidente decretou o estado de sítio e reprimiu duramente o movimento, ordenando a prisão e a reforma de seus líderes.

Ainda em 1892, Custódio de Melo voltou a assumir interinamente o Ministério das Relações Exteriores, após a saída de Serzedelo Correia em 22 de junho. Permaneceu à frente da pasta até 17 de dezembro, quando Antônio Francisco de Paula e Sousa assumiu o lugar.

O governo de Floriano Peixoto continuava a sofrer implacável oposição, sobretudo por parte de segmentos da Marinha. Em pouco tempo, o próprio ministro Custódio de Melo passou a divergir fortemente do presidente. Assim, em 30 de abril de 1893, demitiu-se do Ministério da Marinha, sendo substituído por Filipe Firmino Rodrigues Chaves.

Durante sua gestão, Custódio de Melo priorizou a qualificação da mão de obra e investiu, entre outras coisas, na organização das escolas de torpedo e artilharia e na construção de escolas de tiro de fuzil, concomitantemente à reforma do ensino na Escola Naval – instituição resultante da fusão, em 26 de junho de 1886, da Escola da Marinha e do Colégio Naval. Outra medida importante foi a divisão do litoral brasileiro em três distritos (Norte, Centro e Sul), cada qual com seu arsenal, a fim de melhorar a organização das bases

de operações das forças marítimas nacionais. No que tange à renovação dos meios flutuantes, foram incorporados os cruzadores *República* e *Tiradentes*, o navio-escola *Benjamin Constant* e os brigues *Recife* e *Pirajá*.

Ao deixar o Ministério da Marinha, Custódio de Melo juntou-se aos opositores do governo, passando a liderar o grupo de altos oficiais que exigia a convocação de eleições. A posição do grupo também refletia sua insatisfação frente ao pequeno prestígio político da Marinha em comparação com o Exército. O resultado da movimentação foi o início da Revolta da Armada.

#### NA REVOLTA DA ARMADA

Sob o comando de Custódio de Melo, a revolta eclodiu no Rio de Janeiro na madrugada do dia 6 de setembro de 1893. O bombardeio aos fortes do litoral fluminense e a intervenção de nações estrangeiras que tinham navios fundeados na baía de Guanabara levaram a um acordo em 5 de outubro, pelo qual os revoltosos cessariam o ataque ao Rio e Floriano não tomaria iniciativas contra eles.

Nos primeiros dias de novembro, Custódio de Melo e outros oficiais dirigiram-se para o Sul com o objetivo de se unir aos federalistas gaúchos, em guerra contra o governo do Rio Grande do Sul. Em dezembro, com a adesão do almirante Saldanha da Gama à revolta – o que lhe deu um tom monarquista –, o comando do movimento passou às mãos deste. O conflito entrou então em fase mais violenta. Finalmente, dada a precariedade do material bélico de que dispunham e a impossibilidade de sair pela barra rumo ao alto-mar, em 13 de março de 1894 os revoltosos buscaram asilo em navios portugueses.

Com a derrota da Revolta da Armada, Custódio de Melo partiu para Buenos Aires, só regressando ao país após ser anistiado. Já sob o governo do presidente Campos Sales (1898-1902) foi designado para uma comissão no estado do Amazonas. Como se recusasse a cumprir tal designação, foi preso e enviado para a ilha das Cobras, na baía de Guanabara, onde permaneceu por pouco tempo.

Durante sua longa carreira militar, comandou o encouraçado *Barroso*, o monitor *Pará*, as canhoneiras *Felipe Camarão* e *Ipiranga*, os encouraçados *Cabral* e *Lima Barros*, a fragata *Amazonas*, a corveta *Niterói* (interinamente), os encouraçados *Aquibadá* e *Solimões*,

os cruzadores *Guarani* e *Almirante Barroso*, a Divisão de Encouraçados e a Capitania do Porto da Bahia. Foi ainda inspetor do Arsenal de Marinha da Província de Pernambuco e adido naval junto às delegações brasileiras em Londres, Paris, Viena (Áustria) e Berna (Suíça). Formou-se também nos cursos de Artilharia Naval e Artilharia e Armamento em Geral dos Navios de Guerra, ambos na Inglaterra.

Foi promovido a vice-almirante em 14 de março de 1902, e no dia seguinte faleceu no Rio de Janeiro.

Publicou *Relatório da Comissão de Estudos de Artilharia, nomeada pelo Ministério da Marinha por aviso de 14 de maio de 1872* (juntamente com o chefe de divisão João Mendes Salgado e o capitão de fragata Joaquim Antonio Cordovil, 1874); *Canhão-revólver Hotchkiss: réplica ao agente do Sr. Nordenfeldt no Rio de Janeiro* (1882); *Apontamento para a história da Revolução de 23 de novembro de 1891* (1895); *Vinte e um meses ao redor do planeta: descrição da viagem de circunavegação do cruzador Almirante Barroso* (1896). Postumamente teve publicado *O Governo Provisório e a Revolução de 1893: de 29 de novembro de 1889 a 5 de setembro de 1893* (1938).

*Izabel Pimentel da Silva*

Fontes: ABRANCHES, J. *Governos* (v.1, 2); *Biografias dos ministros*; BLAKE, A. *Diccionario*; COL. NAVAL. Disponível em: <<https://www.mar.mil.br/cn/colégio/historico.htm>>; DORATIOTO, F. *Maldita*; GUIMARÃES, A. *Diccionario*; PALHA, A. *Soldados*; SOUSA, J. *Índice*.